

# O Desafio do Ecoturismo em Unidades de Conservação

Vivian Castilho da Costa\*  
Nadja Maria Castilho da Costa\*\*

## RESUMO

*Nos últimos anos, a atividade de ecoturismo tem se mostrado tanto ecologicamente viável, como economicamente lucrativa, podendo contribuir à resolução de uma série de problemas, particularmente nas áreas legalmente protegidas, tais como, a manutenção e fiscalização de seus ecossistemas.*

*O presente trabalho visa mostrar alternativas eficazes de condução de atividades ecoturísticas em Unidades de Conservação, particularmente aquelas localizadas em áreas urbanas densamente ocupadas, tomando como exemplo o Parque Estadual da Pedra Branca, localizado na cidade do Rio de Janeiro.*

## PALAVRAS-CHAVE:

*Manejo; Ecoturismo; Unidade de Conservação.*

## INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

Nos últimos anos, o crescimento do turismo, particularmente do ecoturismo, tem sido considerável e os empresários desse segmento estão otimistas com essa fonte crescente de recursos. Tem se mostrado ecologicamente viável e economicamente lucrativa, podendo contribuir à resolução de uma série de problemas, particularmente nas Unidades de Conservação, a exemplo da manutenção e fiscalização de seus ecossistemas.

Porém, algumas atividades ecoturísticas podem produzir impactos negativos nessas áreas, dependendo da forma como sejam conduzidas. Na realidade, o grande dilema das Unidades de Conservação, principalmente aquelas localizadas em áreas urbanas densamente ocupadas, é a preservação da integridade ecológica, concomitantemente ao uso do potencial de seus recursos para o turismo e recreação.

É neste contexto que se insere o presente trabalho, cujo objetivo é mostrar alternativas eficazes à condução de atividades ecoturísticas em Unidades de Conservação urbanas, tomando como exemplo o Parque Estadual da Pedra Branca, encravado na porção central da segunda metrópole brasileira. Nesta avaliação, pretende-se propor o uso sustentável dos seus atrativos ambientais e culturais, compatíveis não somente com os interesses do ecoturista, mas principalmente das comunidades locais.

## AS VÁRIAS FACETAS DO ECOTURISMO

Ao longo das décadas de 1980 e de 1990, empresários, administradores, economistas, governantes e geógrafos vêm ganhando cada vez mais espaço para avaliar as potencialidades turísticas em diferentes localidades do planeta. Fruto do processo de globalização em curso, a atividade turística coloca-se, na produção do es-

paço urbano, como agente de dinamização de suas atividades, a partir do discurso do Estado e da iniciativa privada. Os investimentos turísticos constituem novo fator de valorização do território, repercutindo na abertura, cada vez maior, deste espaço às trocas globalizadas. O turismo traz no seu bojo uma (re)apropriação do espaço local, onde as valorizações urbanas passam a seguir a concepção de abertura às normas da globalização, garantindo a sua reprodução, apesar do acirramento das contradições sócio-espaciais como, por exemplo, a favelização e a segregação urbana. Neste processo, são explícitas a falta de um planejamento – tanto municipal quanto estadual – e uma distribuição e caracterização dos terrenos vinculada a fortes interesses imobiliários. O Governo tem também atuado com cautela e pouco arrojo no sentido de gerar meios financeiros de dar sustentação à proteção dos Parques, sem beneficiar as populações do seu entorno, que acabam por não interagir na conservação com o uso público do local onde residem, aproveitando as potencialidades para turismo e lazer, de modo a propiciar a prática de novos relacionamentos homem X natureza.

Nesta breve revisão bibliográfica que se segue, serão introduzidas algumas reflexões sobre a temática (ecoturismo) e as contribuições que a Geografia (e a análise de alguns geógrafos) poderá fornecer à avaliação de seus impactos introduzidos em alguns ambientes, assim como as vantagens comparativas trazidas.

## O QUE É ECOTURISMO? \_\_\_\_\_

A discussão do ecoturismo no Brasil é relativamente recente. Em 1987, a EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo) lançou no mercado um novo produto turístico denominado “Turismo Ecológico”, mas poucos resultados foram obtidos nesta linha de atuação até o lançamento da publicação “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” (EMBRATUR /

IBAMA, 1994). Neste documento, o ecoturismo é definido como:

*(...) um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (EMBRATUR / IBAMA, 1994, informativo).*

O conceito implica, portanto, em valorização do patrimônio natural e cultural e no compromisso de bem-estar das populações locais, ou seja, é entendido como modalidade de “Turismo Sustentável”, e não apenas como um segmento da atividade turística centrada unicamente no “bem natural”. Apesar disso, somente há pouco tempo o Ecoturismo vem se estruturando como política governamental e tem sido pouco praticado nas Unidades de Conservação, não tendo conseguido a união dos interesses da EMBRATUR com os do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

O ecoturismo se caracteriza como uma atividade econômica especial, não somente porque é geograficamente localizado e apresenta uma demanda flutuante ao longo do ano, mas também tem uma singular preferência nas escolhas pelo usuário, sendo sua oferta constituída de produtos baseados em atrativos naturais e/ou culturais. É aí que reside o perigo de que oportunistas, com sua ética empresarial imediatista e selvagem, não darem o adequado valor à matéria prima de seus produtos: meio ambiente e cultura, recursos frágeis e de difícil regeneração e/ou reposição.

Afinal, o que é ecoturismo? Somente um neologismo “ecologicamente correto”, criado por Hector Ceballos, no início da década de 1980? Outros autores, dentre eles Wallace (1997, p. 141), argumentam que o Ecoturismo ou Turis-

mo Ecológico pode ser definido como um turismo que enfoca o interesse pela flora, fauna, geologia e outros componentes dos ecossistemas de uma área e, freqüentemente, da população local (comunidades) que vivem em seu entorno, de acordo com suas necessidades, sua cultura e relação com a natureza. Mas, será que o ecoturismo se visualiza como uma ferramenta para a conservação e desenvolvimento sustentável? Por que ter Turismo Ecológico em áreas protegidas?

Afinal, se lutamos durante anos para designar algumas áreas como Unidades de Conservação para tê-las protegidas da exploração indevida, há uma tendência natural de querer limitar o uso de maneira confiável – para os que realmente sabem (ou devem) se portar bem em uma área protegida – como os cientistas, os ambientalistas, etc. Mas, será que isso é o mais correto? Devemos ser tão possessivos assim? E as pessoas que precisam ver a natureza, experimentar suas belezas? Não seriam elas as que irão aprender a preservar e disseminar a proteção à natureza?

Maricato (1996, p. 38) destaca a relação existente entre a desvalorização para o mercado imobiliário das terras que se encontram legalmente protegidas e o fato de exercerem atração para ocupação ilegal pela população pobre. A posição negligente da fiscalização facilita o processo de ocupação (grilagem e posse) nas áreas destinadas às Unidades de Conservação, pois os invasores não encontram resistência quando efetuam o assentamento.

Mas, nem tudo é negativo. Algumas razões merecem destaque para a utilização do turismo ecológico em áreas protegidas, tanto sob o ponto de vista ambiental quanto sócio-econômico. Uma dessas razões é que a atividade turística deve levar em conta as características das comunidades locais (dos receptivos), colaborando com a mentalidade comercial do núcleo, a fim de permitir e promover melhores meios e qualidade de vida para sua população.

Segundo Lima (1997, p. 64), é inegável que a população local se comporte como um dos ato-

res de expressão no processo de desenvolvimento turístico. Sua participação não deve ser “passiva”, mas imersa no planejamento estratégico e participativo, cuja contribuição subsidiará decisões que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável. Enfim, reestruturar é ter presente o espaço geográfico que é o produzido pela sociedade que nele trabalha e deseja ser feliz.

Barreto et al (1996, p. 345) destaca “o isolamento das Unidades de Conservação em relação a comunidade em geral”, exceto em poucas atividades onde ela se torna apenas receptora de informações, com destaque para importância destas áreas para o meio ambiente.

Devemos concordar que não é prioridade “número um” de um Sistema Nacional de Unidades de Conservação usar suas áreas protegidas para maximizar ingressos de curto prazo, ao contrário, devemos permitir “concessões ou concessionários” nessas áreas sempre e quando ajudarem no seu manejo e os outros objetivos e valores.

Outra questão a se considerar é que as bases econômicas que norteiam o verdadeiro ecoturismo são antagônicas às do turismo de massa, orientado para maximizar receitas ao invés de maximizar resultados. A maximização de receitas, que implica em atrair o maior número possível de turistas, impactando atrativos e destinos, não combina com o ecoturismo, que aponta para a maximização de resultados, o que pode ocorrer em níveis baixos de visitação, uma vez que os custos, e, principalmente, os impactos ambientais e/ou culturais podem aumentar mais rapidamente do que as receitas, quando temos níveis de visitação altos. É preciso lembrar que todo tipo de turismo tem um custo ambiental e/ou cultural.

Wallace (1997, p. 140) acredita que há valores econômicos e não econômicos que produzimos nas Unidades de Conservação que são importantes sustentar a longo prazo: valor de sustentação da vida, científico/educativo, histórico, cultural/simbólico, estético, recreativo/terapêutico e religioso. Considerando que o ecoturismo

é uma tendência, em termos de turismo mundial, que aponta para o uso sustentável dos atrativos ambientais e culturais, somente teremos condições sustentáveis caso haja harmonia e equilíbrio no “diálogo” entre os fatores: resultado econômico, mínimos impactos ambientais e/ou culturais, satisfação dos ecoturistas (visitantes) e benefícios para as comunidades (visitadas e/ou residentes).

O turismo especializado não é para amadores ou “ecoportunistas” imediatistas. É fundamental que o desenvolvimento de destinos e pólos ecoturísticos seja precedido de uma análise ambiental e cultural, com eventuais adequações e valorização cultural, antes que fluxos de visitantes sejam estabelecidos.

O manejo ecoturístico de uma região constituiu-se em um programa que integra as variáveis físicas, biológicas, históricas, socioeconômicas, culturais e ambientais, com a finalidade de planejar um desenvolvimento sustentável do turismo ecológico, ou seja, num Parque Nacional ou qualquer categoria de manejo, público ou privado. Por isso é importante que as áreas das comunidades do entorno às UC's, especialmente as que se encontram em sua zona de amortização (Zona Tampão), se integrem para um adequado manejo ecoturístico sustentável.

Segundo Magro et al (1997, p. 177), o aumento da demanda deve ser encarado como positivo, pois um maior número de pessoas pode ser atingido pelos programas de interpretação e educação ambiental desenvolvidos nessas áreas. Mas há que se ter cuidado com esta alta de demanda, já que a mesma tem se tornado uma grande preocupação para os organismos nacionais e internacionais gerenciadores dos recursos naturais. Porém, autores como Budowski (1994, p. 15) acreditam que o ecoturismo pode ser ameaçador para os recursos naturais, uma vez que os que planejam ou administram as construções turísticas não respeitam princípios elementares de arquitetura adaptada ao entorno, ou não se esforçam por reciclar, economizar ou educar os visitantes.

Neste contexto, são inúmeras as iniciativas qualificadas como “ecoturísticas”, no Brasil, que se implantam de forma oportunista e não comprometida. Como desdobramento do problema, em diversos encontros nacionais e internacionais sobre o tema, tem sido evidente o grau de distorção conceitual sobre o que vem a ser ecoturismo. Esta divergência filosófica, ideológica e conceitual talvez represente o tópico central a ser equacionado e trabalhado metodologicamente como ponto de partida para o desenho estratégico de programas efetivos de manejo e educação ambiental para a área em estudo.

## **O QUE É PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E PARTICIPATIVO? \_\_\_\_\_**

Dentro de uma nova concepção de planejamento de áreas protegidas (IBAMA, 1996), cada vez mais os recursos naturais nelas contidas devem ser manejados contando com a participação de todos os segmentos da sociedade envolvidos no processo. A questão do ecoturismo, mais do que qualquer outra atividade, requer essa participação. De acordo com Sousa (1998, p. 237), “o ponto fundamental dessa integração é o envolvimento das comunidades, pois o ecoturismo requer um esforço conjunto das populações e dos visitantes em preservar as áreas naturais e o patrimônio cultural de suas localidades”. Enfatiza ainda que, o turismo visto apenas sob a ótica econômica, sem considerar os aspectos socioculturais das comunidades, compromete o desenvolvimento integrado da área e reduz a sua importância, contrariando aquilo que é preconizado pela EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo).

Assim sendo, no estabelecimento dos programas ecoturísticos direcionados às áreas de uso público determinadas pelo manejo das Unidades de Conservação, o envolvimento comunitário e a participação do habitante local nos resultados a serem obtidos torna-se fundamental. A isso, chamamos de planejamento participativo

através do qual é possível compartilhar interesses comuns, respeitando as particularidades de cada ator social do turismo (governo, empresários, ONGs, comunidade propriamente dita e turista), em termos de seus interesses. O principal objetivo a ser alcançado é a melhoria da qualidade de vida dos que residem no interior e/ou periferia das Unidades de Conservação, paralelamente à proteção de seus recursos naturais.

As várias oportunidades de emprego (guias de turismo, guardas florestais, monitores ambientais, etc.) podem ser alternativas lucrativas de substituição de atividades tradicionais altamente degradadoras do meio ambiente, a exemplo da extração de madeira e palmito, caça de animais silvestres, entre outras atividades bastante comuns (e impactantes) em Reservas e Parques sob domínio da Mata Atlântica.

### **PRÁTICAS ECOTURÍSTICAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: PROPOSTAS INICIAIS PARA O PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA (PEPB)**

Reforçando o que foi discutido anteriormente, as práticas ecoturísticas em Unidades de Conservação não devem se constituir apenas em meras ações de visitação e/ou passeios na floresta, mas sim, um trabalho de conscientização e entendimento sobre os sistemas naturais e culturais e o conseqüente envolvimento dos visitantes e, principalmente, dos moradores locais nos problemas e resoluções que afetam esses sistemas, contribuindo na conservação e manejo dos recursos.

Assim sendo, o que inicialmente se propõe para o Parque Estadual da Pedra Branca, vai de encontro a essas premissas.

### **CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA (PEPB)**

O Parque Estadual da Pedra Branca está localizado na porção central do município do Rio

de Janeiro, entre as latitudes de 23° 52' e 23° S e 43° 23' e 43° 32' O, estando próximo ao Parque Nacional da Tijuca e tendo a baixada de Jacarepaguá como unidade fisiográfica de separação entre ambos (FIGURA 1).

Foi criado no governo Chagas Freitas, em 1974, através da Lei nº 2.377 de 28 de junho, correspondendo a todo maciço montanhoso de mesmo nome e seus contrafortes, acima da cota 100 m, num total de 12.398 ha de terras.

Acha-se circundado pelos bairros de Campo Grande, Bangu, Realengo, Jacarepaguá, Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Guaratiba, dentre os principais.

É importante ressaltar que, do maciço da Pedra Branca, onde o Parque está inserido, partem, em diferentes direções, inúmeras serras e vales bastante expressivos, tais como: a Serra de Guaratiba (Morro dos Caboclos, 369 m; Morro da Toca Grande, 557 m; Pico do Morgado, 398 m), a Serra do Quilombo, 689 m (Morro Santa Bárbara, 857 m), constituindo-se em importantes divisores de águas, separando diversas bacias hidrográficas.

Dentre essas bacias se destacam: a do rio Camorim, rio Grande, Engenho Novo, rios Paineira e Morto, na Serra do Nogueira; a Serra do Barata que é divisor das bacias dos rios Piraquara e Pequeno; a Serra do Bangu no extremo norte do maciço e também a Serra do Rio da Prata e do Cabuçú com os rios do mesmo nome, onde se encontra o Pico da Pedra Branca, com 1.025 m de altitude (IEF, 1992 e Costa, 1995).

Três vezes maior que o Parque Nacional da Tijuca, o Parque Estadual da Pedra Branca se diferencia deste, em quase todos os aspectos, tanto pela natureza física, quanto pelo uso e ocupação do solo e pelas características socioeconômicas.

À época de sua criação, o PEPB possuía uma baixa densidade populacional, se constituindo, inclusive, em zona rural do município. Hoje, o quadro de uso e ocupação é bastante diferenciado, com suas vertentes norte e oeste densamente ocupadas não somente sob o ponto de vista po-

pulacional, como também por outras atividades, de natureza rural (a exemplo da atividade agrícola, com o cultivo destacado da banana, e da pecuária bovina extensiva) e urbana (mais ligadas ao setor terciário).

Destaca-se por apresentar a maior floresta urbana do mundo, já que 90% do maciço da Pedra Branca encontram-se encravados na área urbana da segunda maior cidade do Brasil. A sua configuração e dimensão física, aliadas à amplitude em meio às baixadas, proporcionam a existência de quadros fitofisionômicos diversos, no contexto dos últimos redutos de Mata Atlântica do município. Algumas áreas apresentam florestas em estágio sucessional avançado, a exemplo da bacia hidrográfica do rio Camorim (no bairro de Vargem Grande), enquanto que outras são ocupadas por capoeiras e vegetações herbáceas, típicas de regiões degradadas, como é o caso das bacias da vertente norte do Parque (a exemplo do rio Carangejejo, no bairro de Realengo e rio das Tintas, em Bangu).

Apesar disso, esses ambientes vegetacionais abrigam os últimos redutos de fauna do município, juntamente com os maços da Tijuca e Geracino-Mendanha. Mesmo havendo sucessivas ações de degradação de seus habitats e poucos levantamentos realizados na região, sabe-se que ainda existem inúmeras espécies animais, remanescentes da Mata Atlântica.

O Parque Estadual da Pedra Branca se constitui na segunda mais importante Unidade de Conservação do município e é parte integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, reconhecida pela UNESCO, em 1994. Apesar de ter sido criado há mais de 25 anos, não foi efetivamente implantado. Dentro da estratégia do Governo do Estado do Rio de Janeiro de conservação das matas naturais remanescentes e de investimento em projetos que revertam o quadro de degradação ambiental que vem sofrendo, a sobrevivência do Parque, como tal, torna-se fundamental. A efetiva realização e concretização de seu Plano Diretor representará a garantia de con-

servação do patrimônio natural, atendendo, também, às necessidades e anseios da população, de aproveitamento de seus recursos, sob conceitos e práticas de desenvolvimento sustentável. Portanto, um importante objetivo deste trabalho poderá ser atingido quando o processo de integração ocorrer na área de estudo, acarretando assim a valorização e a melhoria de sua qualidade de vida de suas respectivas comunidades.

Assim, é inegável o potencial natural ecoturístico oferecido pelo maciço da Pedra Branca e a necessidade de se implantar uma nova forma de uso e desenvolvimento para esta região, tornando-se iniciativas cada vez mais prementes, apontando para o desenvolvimento das atividades turísticas como uma solução plausível e viável sob a maioria dos pontos de vista, mas principalmente o econômico local e o ecológico e ambiental.

### **MANEJO TURÍSTICO DE SUAS TRILHAS: ALIANDO RECREAÇÃO E EDUCAÇÃO**

Uma das principais ações ecoturísticas a ser implementada (que de certa forma já ocorre, porém de maneira incipiente) é a caminhada por trilhas<sup>1</sup>, dentro do Parque Estadual da Pedra Branca, realizada por seus visitantes<sup>2</sup>. A maioria deles busca, nesses locais, uma oportunidade de relaxamento e beleza. Porém, essas áreas contêm remanescentes florestais e faunísticos frágeis, além de recursos hídricos que se constituem em importantes fontes de abastecimento de água para a cidade do Rio de Janeiro. Tudo isso deve ser protegido das ações predatórias (deposição de lixo nas encostas, retirada de indivíduos da flora e erosão ao longo das trilhas, dentre os principais), assim como todas as atividades nelas desenvolvidas, devem conciliar programas de recreação, educação e interpretação ambiental<sup>3</sup>.

Não há mais como conceber que as trilhas, nas áreas protegidas, sejam usadas apenas para a prática desportiva (*mountain bike, trekking*<sup>4</sup> e

outras modalidades consideradas próprias do turismo aventura, amplamente divulgadas de forma errônea como atividades ecoturísticas, vinculando à imagem de ação e aventura em áreas naturais) ou como forma de contemplar a natureza, mas sim como um veículo de educação ambiental. Neste sentido, a “trilha interpretativa” é o melhor caminho para se obter a apreciação mais profunda dos recursos naturais e culturais das áreas visitadas, podendo servir como veículo de mudanças de comportamentos (reorientação de hábitos, atitudes e valores) que visem à proteção do meio ambiente.

O visitante deve compreender que, diante de uma Unidade de Conservação, as suas atitudes, desde o início, devem estar sujeitas às condições, regras e parâmetros diferentes dos que se aplicam aos turistas tradicionais e comprometidos com um maior senso de responsabilidade, em sintonia com os objetivos de integridade do ecossistema, biodiversidade e melhoria da qualidade de vida da população local.

Como o nome diz, as trilhas interpretativas permitem que as pessoas interpretem a natureza revelando os significados e as relações existentes no ambiente, traduzidos em linguagem acessível aos visitantes (Vasconcellos, 1997, p. 468). Através delas, a natureza será vista de maneira diferente, conduzindo o caminhante a refletir sobre a importância de cada recurso a ser preservado.

Na prática, ainda são poucas as Unidades de Conservação que as utilizam, pois a sua implementação requer não somente um conhecimento profundo das características que serão realçadas nos diversos trechos a serem percorridos pelo visitante, como também demandará uma abordagem específica para chamar a sua atenção, que envolve:

a) estabelecimento de uma informalidade na passagem de informações, a ser realizada através de vários recursos, tais como: painéis e *folders*, aplicando desenhos com cores vivas e humor;

b) estabelecimento de relações ou “pontes” com os fatos já conhecidos do público e com seus reais interesses;

c) a definição de mensagens a serem comunicadas, com temas interessantes e motivadores, que estimulem a observação, a reflexão e a ação por parte do visitante.

Convém ressaltar que, nem todas as trilhas se prestam para tal, e a escolha daquelas de maior potencial para esse tipo de atividade ecoturística é decisiva para o sucesso do trabalho. No caso da área de estudo, foram inicialmente escolhidas sete trilhas, cujas principais características foram ressaltadas por Santos (1999A, p. 87), quais sejam: Trilha do Camorim; Trilha do Caminho da Serra do Quilombo/do Paulão; Trilha do Sacarrão; Trilha da Fazenda Alegria/Camorim; Trilha do Tucum; Trilha da Travessia do Pau da Fome/Rio da Prata (variante para o Pico da Pedra Branca) e Trilha do Monte Alegre. Existem ainda as trilhas da Barra de Guaratiba (Morro de Guaratiba), destacadas por Menezes (1996, p. 166), que levam às praias praticamente desertas: Praias dos Búzios, do Perigoso, do Meio, Funda e do Inferno que fazem parte da Reserva Biológica de Guaratiba (FIGURA 1).

### **TURISMO ECO-RURAL: POTENCIAL NATURAL DA REGIÃO**

Uma das formas atuais de diversificação do turismo é o turismo rural ou agroturismo<sup>5</sup>, pois vem crescendo os estudos que comprovam o aumento da demanda dos turistas por certos tipos de atividades que privilegiam o contato com a natureza, não só através de caminhadas por trilhas, mas pela prática de atividades esportivas (turismo aventura) ou recreacionais em áreas urbanas que ainda preservam atividades rurais, sendo difícil, portanto, pôr fronteiras entre turismo rural e ecoturismo praticado no âmbito municipal. Alguns teóricos brasileiros chegam a considerar um certo hibridismo entre essas terminologias e até criam novas denominações para

tal, como o turismo eco-rural (Rodrigues, 1998, p. 90).

Próximo ao maciço da Pedra Branca, algumas das atividades podem ser assim classificadas como eco-rurais, pois estão relacionadas à criação de atrativos contidos em propriedades particulares presentes, principalmente, nas vertentes voltadas para os bairros de Guaratiba, Barra de Guaratiba, Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes. Nestes locais, há a presença de Parques e Clubes Temáticos com passeios ecológicos (Bwana Park, Parque de Eventos Rio Rural, SPAço Livre, Bosque da Fazenda, Fazenda Alegria), sítios e fazendas<sup>6</sup> transformados em clubes e pontos de visitação para roteiros culturais (Fazenda Modelo, Fazenda do Viegas, Alambique Maxicana, Criadouro Zoo-Botânico da Pedra Branca, Sítio Húvulla), além de atividades recentes na região como criação de animais (gado e cavalo), monocultura ou plantação diversificada, o estabelecimento de restaurantes de frutos do mar, devido à proximidade com colônia de pescadores (a pesca litorânea é uma atividade antiga em Barra de Guaratiba e Pedra de Guaratiba) e vendas de produtos naturais como mel de abelha, própolis e produtos horti-fruti-granjeiros (granjas e apiários).

É necessário ressaltar que o desenvolvimento do turismo eco-rural no entorno do maciço implica o incremento de novas modalidades. Algumas delas estão perdendo a base predominantemente agrícola, ainda que façam parte do Projeto de Lei de Áreas de Interesse Agrícola da Prefeitura – AIA 5, localizada no Rio da Prata; AIA 6, localizada em Guaratiba; e AIA 7, localizada em Vargem Grande e Vargem Pequena (FIGURA 1).

Entretanto, destacando a AIA 6, percebe-se potencialidades para o turismo eco-rural, como a presença de pequenas propriedades de floricultores e cultivadores de plantas ornamentais, muitas das quais influenciadas pela proximidade com o Sítio Roberto Burle Marx (doado à União em março de 1985) que reúne uma das mais importantes coleções de plantas tropicais,

cultivadas e coletadas pelo paisagista e artista plástico (falecido em 1994), apresentando visitas guiadas pelos jardins e construções com obras de arte. O sítio foi transformado em centro de estudos paisagísticos e de preservação da natureza, funcionando, então, como disseminador da floricultura (plantas e flores ornamentais) na região.

Outros atrativos encontrados não só na AIA 6, mas nas AIAs 5 e 7, são os clubes equestres (pequenas fazendas ou condomínios rurais com hospedagem de cavalos) que espalham-se ao longo da Estrada das Taxas, que liga o bairro de Guaratiba (Ilha de Guaratiba) ao bairro de Campo Grande (Rio da Prata); na Estrada do Morgado e Morgadinho; na Estrada da Capoeira Grande em Pedra de Guaratiba e em Vargem Grande e Vargem Pequena, próximo à Barra da Tijuca. Essas propriedades oferecem “cavalgadas ecológicas” pelas trilhas do PEPB, incluindo passeios de charrete, eventos esportivos e de lazer, almoços de fim de semana e pacotes ecoturísticos que incluem até passeios de balão e barco nos manguezais próximos (manguezal de Araçatiba). Enfim, uma gama de atividades eco-rurais, destinadas ao lazer da classe média/alta urbana da cidade do Rio de Janeiro, demonstra que são inúmeras as potencialidades nessas regiões, pois existe um importante fator de indução do crescimento das atividades terciárias, transformando as atividades agrícolas num novo modo de vida rural, apesar de também estarem se transformando em áreas de segunda residência.

## **ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO NO MANEJO ECOTURÍSTICO DO PEPB**

Estudos recentemente realizados (Costa, 1997, p. 233) mostraram que em 1996 residiam, no interior do Parque Estadual da Pedra Branca, cerca de mil famílias de diferentes classes sociais, distribuídas por diversas encostas e mais de 10 mil em sua periferia próxima (entre as cotas 50 e 100 m). Hoje, provavelmente, este

número dobrou, elevando para cerca de 6 mil pessoas o total de ocupantes irregulares no interior da gleba, agravando, mais ainda, a situação fundiária do Parque.

A desapropriação desses ocupantes está longe de acontecer e na medida em que a fiscalização é precária<sup>7</sup>, a tendência é aumentar ainda mais o contingente populacional. Desta forma, uma das soluções mais imediatas encontradas, e que vai de encontro à política de gestão compartilhada de Unidades de Conservação preconizada pelo IBAMA (1996, p. 10), é inserir essa população, de alguma maneira, no processo de manejo do Parque. Uma das formas encontradas está sendo a realização de programas de educação ambiental no PEPB, pelo Grupo de Estudos Ambientais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (GEA-UERJ). Foram escolhidas duas comunidades localizadas na vertente norte do Parque (S. Jorge e S. Sebastião, no bairro de Realengo), que vêm participando de várias atividades educativas congregando a proteção dos recursos naturais nelas existentes, assim como a melhoria da qualidade de vida daqueles que vivem no local. Passados dois anos de realização dos trabalhos, foram formados “monitores ambientais”, capazes de exercer informalmente a fiscalização da área e, ao mesmo tempo, servirem de guias de ecoturistas que porventura visitem o local. Além dos trabalhos de educação ambiental vêm sendo realizadas propostas de cooperação entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), através do Grupo de Estudos Ambientais da Zona Oeste (GEOESTE), com a EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo) que irão proporcionar um aumento da utilização da área do PEPB para esses fins, além de torná-lo pólo receptivo para o ecoturismo.

A extensão destes trabalhos para outras comunidades dentro do Parque poderá mitigar os efeitos de uma precária infra-estrutura administrativa, na medida em que a população passa efetivamente a participar de todo o processo, contribuindo, inclusive, no controle do avanço

da própria ocupação. Ninguém melhor do que o morador da localidade para mostrar a realidade de geo-ambiental da área para os visitantes. Desta forma, as comunidades passam a ser os principais controladores das atitudes nocivas ao meio ambiente, agindo como auxiliares dos órgãos ambientais na fiscalização permanente dos espaços geográficos de seu interesse. Tais projetos pretendem ser modelos de gestão participativa de áreas naturais no município do Rio de Janeiro, onde a exploração econômica seja compatível com a conservação do meio ambiente e do patrimônio histórico, cultural e paisagístico da região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em consonância com a política ambiental vigente no município e com a Lei nº 6.513 de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a criação de Áreas Especiais de Interesse Turístico (AEITUR), ambientalistas, técnicos e a comunidade em geral estão se mobilizando para criar a AEITUR da Pedra Branca, buscando a valorização dos pontos turísticos de interesse ambiental.

Criar mecanismos que levem a um equilíbrio entre preservação e conservação ambiental com garantia da participação comunitária deve ser a tônica das atividades ecoturísticas estabelecidas para as áreas legalmente protegidas, principalmente aquelas localizadas em áreas densamente ocupadas, a exemplo da Unidade estudada. Tais atividades deverão ser desenvolvidas através de projetos eficazes que garantam a preservação, recuperação, conservação e defesa do meio ambiente local.

## NOTAS

- \* Mestranda do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Integrante do Grupo de Estudos Ambientais da Zona Oeste (GEOESTE/UFRJ).
- \*\* Professora Assistente do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Coordenadora do Grupo de Estudos Ambientais (GEA / UERJ).

- <sup>1</sup> De acordo com Menezes (1996, p. 5), o termo “trilhas” significa *caminhos estreitos que passam por meio da mata*. Porém, entende-se, hoje, que não se restringe apenas à mata, mas também a qualquer ambiente relacionado a outro tipo de cobertura vegetal.
- <sup>2</sup> O termo “visitantes”, usado no presente trabalho, refere-se não somente àqueles que frequentam eventualmente o Parque, residindo distante dele (o chamado turista), mas principalmente os usuários locais (moradores e trabalhadores da região). Embora não exista uma diferenciação formal entre o termo visitante e turista para a maioria das pessoas, Cifuentes (1992, p. 3) destaca que, quando nos referimos à visitação em Unidade de Conservação, é preferível utilizarmos o termo “visitantes” e não “turistas”, a fim de estabelecer uma distinção.
- <sup>3</sup> Nesse caso, cabe ressaltar que as chamadas “trilhas interpretativas” são as mais indicadas, pois “objetivam o conhecimento da flora, fauna, geologia, processos biológicos, relações ecológicas, do meio ambiente e sua proteção, servindo então como meio pedagógico” (Dias & Queiroz, 1997, p. 432). Destaca-se, ainda, que as mesmas devem se servir de infra-estrutura básica para o desenvolvimento potencial do turismo ecológico-educativo, no Parque Estadual da Pedra Branca.
- <sup>4</sup> Segundo reportagem na Revista Veja de 29 de setembro de 1999 (p. 32) intitulada “Natureza na veia”, os adeptos dessa atividade, que é considerada mais pesada do que a simples caminhada, são atraídos não só pela beleza da paisagem, mas pelo que definiram como “gostinho do esforço”, fazendo dos adeptos do *trekking* amantes do que “é uma aventura que requer, em alguns casos, atravessar rios em pinguelas (...) e subir morros com a ajuda de cordas (...) em percursos de mais de um dia, passando a noite em barraca ou casa de colono” (Revista Veja, 1999, p. 32).
- <sup>5</sup> Recentemente teóricos espanhóis (Crosby e Moreda, 1996 in Rodrigues, 1998, p. 86) vêm adotando a expressão *turismo em áreas rurais* (TARs) para designar as áreas rurais européias: superfícies naturais remanescentes ou recuperadas, o campo de modo geral, as áreas agro-silvi-pastoris, além do próprio litoral, quando não urbanizado. No Brasil, a diferenciação da terminologia entre ecoturismo e turismo rural ainda é confusa e inconsistente, devido a ambigüidades nas classificações sobre módulos rurais e loteamentos urbanos, além do modo de vida urbano se confundir e estar presente mesmo nas áreas de produção agrária.
- <sup>6</sup> São, na sua grande maioria, propriedades privadas de 1 a 10 hectares, que, originariamente, pertenciam às

grandes glebas, antigas sesmarias que posteriormente foram sofrendo “uma série de desmembramentos, sucessões e transformações” (Santos, 1999B, p. 48).

- <sup>7</sup> Informações recentemente fornecidas pela atual administração do Parque dizem que apenas cinco guardas-florestais fiscalizam 12.378 ha de áreas protegidas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, K. D. & SORRENTINO, M. *A Educação Ambiental nas Unidades de Conservação do Estado de São Paulo e Chile*. Artigo publicado no Congresso Forest'96, p. 340-346, 1996.
- BARROS II, S. M. Turismo e Unidades de Conservação no Brasil. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. *Anais*. Curitiba: UFP. Vol. I, p. 298 – 303, 1997.
- BUDOWSKI, G. Turismo responsable. Todos, 15. *Cuadernos de Educación Ambiental*. Diciembre, 1994.
- CIFUENTES, M. *Determinación de capacidad de carga turística en áreas protegidas*. Série Técnica. Informe Técnico n° 194. Turrialba, Costa Rica: CATIE, 22 p., 1992.
- COSTA, N. M. C. da. Os Efeitos da Metropolização Brasileira em Unidades de Conservação: Parque Estadual da Pedra Branca – Um Estudo de Caso. In: 5° ENCUENTRO DE GEOGRAFOS DA AMERICA LATINA. *Anais*. Havana - Cuba, p. 230-235, 1995.
- COSTA, N. M. C. da. Manejo de Populações em Unidades de Conservação Brasileiras: Parque Estadual da Pedra Branca (RJ): Um exemplo Atual. In: 6° ENCUENTRO DE GEOGRAFOS DE AMERICA LATINA. *Resumos dos Temas Livres*, Buenos Aires – Argentina. p. 175-191, 1997.
- DIAS, A. C. & QUEIROZ, M. H. de. Elaboração de Trilha Interpretativa na Unidade de Conservação Desterro. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. *Anais*. Curitiba: UFP. Vol. I, p. 429 - 439, 1997.
- DINES, M. Turismo em Parques: Análise e Perspectivas para o Ecoturismo no Núcleo Santa Virgínia - Parque Estadual da Serra do Mar - SP. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. *Anais*. Curitiba: UFP. Vol. II, p. 307-319, 1997.
- EMBRATUR / IBAMA. Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo. Silvio M. Barros II e Denise T. M. de La Penha (coords.): Brasília, Embratur/Ibama (MICT), 1994. Informativo.

- GOMES, P. M. *(Eco)Turismo: (Re)Leitura dos Discursos e Práticas*. Turismo e Meio Ambiente. Org.: Vasconcelos, F. P. Fortaleza: UECE, v. 3, p. 228-235, 1998.
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Roteiro Metodológico para Planejamento de Unidades de Conservação de Uso Indireto. Versão 3.0., Brasília – DF. 110 p. 1996.
- IEF/RJ – Instituto Estadual de Florestas do Estado do Rio de Janeiro. Projeto Floresta da Pedra Branca. Rio de Janeiro, 1992 (Relatório Interno).
- IRVING, M. de A. Educação Ambiental Como Premissa ao Desenvolvimento do Ecoturismo. In: VII SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - DESAFIO DO SÉCULO: UM APELO ÉTICO. *Anais*. Rio de Janeiro: IME. p. 277-281, 7 a 9 de outubro de 1998.
- LIMA L. C. Um modelo de desenvolvimento local na América Latina: estudo de caso no nordeste brasileiro. In: Nordeste: Turismo, Meio Ambiente e Globalização. *Anais*. VI Encontro Regional de Estudos Geográficos. João Pessoa - PA, p. 58-66, 1997.
- MAGRO, T. C.; Kataoka, S. Y. e Rodrigues, P. O. Os Planejadores Estão Atendendo os Desejos do Público? In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. *Anais*. Curitiba: UFP. Vol. II, p. 167-178, 1997.
- MARICATO, H. *Urbanismo na Periferia do Capitalismo: Desenvolvimento da Igualdade e Contravenção Sistemática*. Metrópole na Periferia do Capitalismo: Ilegalidade, Desigualdade e Violência. São Paulo: HUCITEC, p. 21-52, 1996.
- MENEZES, P. da C. e. *Trilhas do Rio*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1996.
- MORALES, B. T. La Biodiversidad y su Papel en el Desarrollo del Ecoturismo. *Revista Geográfica*. Número 124. IPGH, p. 21-32, jan./dez. de 1998.
- OLIVEIRA, K. L. de; CARRILLO, A. C.; SCHLENKER, H. F. e CARVALHO, L. C. N. de. Programa de Comunicação e Manejo Ecoturístico na Estrada da Graciosa. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. *Anais*. Curitiba: UFP. Vol. I, p. 345-358, 1997.
- PAVIANI, A. Território e Turismo: Impactos Sócio-Ambientais. In: 6º ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA. *Resumos dos simpósios*. Buenos Aires - Argentina, p. 251, 17 a 21 de março de 1997.
- RODRIGUES, A. B. Turismo eco-rural. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio de et al (org.) - *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Santa Maria, UFSM. Departamento de Extensão rural, p. 85-96, 1998.
- SANTOS, P. M. da C. *Trilhas – Um Caminho para a Educação Ambiental. Uma Proposta para o Parque Estadual da Pedra Branca/RJ*. 109 f. Monografia – Departamento de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999a.
- SANTOS, H. M. da C. *Diagnóstico Geo-Ambiental e Caracterização dos Principais Impactos do Uso - Ocupação dos Solos na XXVI Região Administrativa de Guaratiba - Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro*. 129 f. Dissertação de Mestrado - Departamento de Geologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999b.
- SANTOS, L. M. H. P. Planejamento do Ecoturismo em Áreas Protegidas. In: II CONGRESSO E EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE ECOTURISMO – WORLD ECOTOUR 2000. Salvador: Biosfera, *Volume de Resumos*, p. 09-11, 05 a 08 de abril de 2000.
- SOUSA, C. A. A. *Ecoturismo e Envolvimento Comunitário*. Turismo e Meio Ambiente. Org.: Vasconcelos, F. P. Fortaleza: UECE, v. 3, p. 236-251, 1998.
- VASCONCELLOS, J. M. de O. Trilhas Interpretativas: aliando educação e recreação. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. *Anais*. Curitiba: UFP, Vol. I, p. 465-477, 1997.
- WALLACE, G. N. Turismo Ecológico em Unidades de Conservación: Cual es el Limite? In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. *Anais*. Curitiba: UFP. Vol. I, p. 139-149, 1997.
- WANDERLEY, L. de L. Turismo e Ecoturismo em Unidades de Conservação Ambiental no Brasil: Estratégias de Desenvolvimento Econômico e Incorporação do Território. In: 6º ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA. *Resumos dos Temes Livres*. Buenos Aires - Argentina, p. 246-247, 1997.

## ABSTRACT

*In the last years, the ecotourism activity has shown itself, so much ecologically viable, as economically lucrative, could contribute to the resolution of a series of problems, particularly in the areas legally protected, such as: the maintenance and fiscalization of their ecosystems.*

*The present work seeks to show effective alternatives of ecotouristic activities in Conservation Units, particularly those located in urban areas densely busy, taking as example the State Park of Pedra Branca, located in the city of Rio de Janeiro.*

## KEYWORDS:

*Management, Ecotourism and Conservation Unit*

